

Conferência de Imprensa

Sobre o Investimento Público da Administração Central no Distrito de Setúbal

O investimento realizado pelo Poder Local Democrático no Distrito de Setúbal, em mais de três décadas, marca decisivamente a realidade e a vida deste território.

Em áreas como o abastecimento de água e o saneamento básico, a rede viária, a educação e o apoio às Instituições Municipais, os equipamentos culturais, desportivos e de lazer, o investimento público municipal foi e é determinante na promoção da melhoria das condições de vida das populações e do desenvolvimento da Região.

São, também, as autarquias locais que têm facilitado ou, em muitos casos, substituído o investimento da Administração Central no Distrito, nomeadamente, através da cedência de terrenos e instalações para serviços públicos como escolas, quartéis, esquadras, tribunais, equipamentos sociais, entre outros.

Neste contexto, em que os Municípios se têm afirmado como impulsionadores do desenvolvimento e principais promotores do investimento público na Região, a Associação de Municípios da Região de Setúbal tem vindo a promover à análise e reflexão sobre o investimento público da Administração Central no Distrito de Setúbal.

Nos últimos tempos têm sido anunciados investimentos nacionais para a Região de Setúbal, entre eles, o Novo Aeroporto de Lisboa, a Terceira Travessia do Tejo, a Plataforma Logística, a Rede de Alta Velocidade, o quadro da Circular Regional interna da Península de Setúbal/IC32.

Relativamente a estes investimentos, os municípios têm defendido que eles só serão factores de progresso se articulados com o projecto regional de desenvolvimento, se acompanhados de um conjunto de medidas que os integrem no tecido regional.

E, fará sentido que uma Região que acolhe tais projectos continue a ver aditados investimentos como Hospital no concelho do Seixal, o Hospital Alcochete-Montijo, a Escola Superior de Saúde, diversas instalações para forças da PSP, GNR e Bombeiros, diversas Escolas e Centros de saúde, o prolongamento do Metro Sul do Tejo, entre outros?

Num momento em que é aprovado, na Assembleia da República, o Orçamento de Estado e o PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) para 2009, os Municípios da Região de Setúbal não observam qualquer alteração estratégica nas opções tomadas.

O PIDDAC para o Distrito de Setúbal no ano de 2009 prevê uma verba de 178.572.611 euros, registando um aumento face ao ano de 2008, mas continua a representar uma redução face a 2005, de 18,8%.

O aumento face ao ano anterior decorre da redução da verba não distribuída na rubrica «vários concelhos» e da realização de alguns investimentos “nacionais” em determinados concelhos, por exemplo, a rubrica «ampliação do molhe leste do Porto de Sines», um projecto novo de cerca de 22,5 milhões de euros; a «variante de Alcácer – 2.ª fase», um projecto novo que corresponde a quase 56 milhões de euros; o Estabelecimento Prisional de Grândola, é um projecto já previsto no ano passado, mas que aumenta para 25 milhões de euros.

No conjunto dos Municípios assiste-se a uma diminuição geral do investimento público, verificando-se cortes profundos em vários concelhos, designadamente, Alcochete, Barreiro, Moita e Palmela.

Associando a análise destes números à taxa de execução que ronda em média os 71% (entre 2005 e 2007), verifica-se que o investimento que a Administração Central se propõe levar a cabo na Região é manifestamente insuficiente para responder às reais necessidades.

Mais uma vez, a Administração Central não acompanha o esforço de investimento dos Municípios, continuando a privar o Distrito de infra-estruturas e equipamentos tão necessários ao bem-estar e ao progresso económico e social da Região e a aplicação da Lei das Finanças Locais demonstra, à evidência, não servir os interesses das populações uma vez que os critérios de distribuição de verbas não servem para nada, só funcionando a “regra única” de aumento de 5%.

Face a esta realidade, os Municípios do Distrito de Setúbal, através da sua Associação, não podem deixar de manifestar o seu profundo desacordo com as políticas seguidas e continuar a reivindicar para o Distrito medidas que invertam a tendência de desinvestimento da Administração Central:

- Os Municípios exigem mais e melhor investimento público para a Região, uma maior justiça na distribuição dos dinheiros públicos e a discriminação positiva face a territórios beneficiados nas últimas décadas;

- No âmbito do PIDDAC, do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013) e outros fundos nacionais e comunitários, reivindicam que o Governo dê um sinal claro de combate às assimetrias e compense a Região pelos sucessivos anos de quebras no investimento;

- A criação de um Programa Operacional para a Região de Setúbal, com uma estrutura onde esteja assegurada a representação da Administração Central, da Administração Local e dos agentes regionais de desenvolvimento, que com o correspondente plano de financiamento, determine prioridades, articule investimentos, promova a integração dos grandes projectos nacionais na Região, potenciando os seus efeitos.

Setúbal, 4 de Dezembro de 2008